



MINISTÉRIO DA FAZENDA SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo N. 10.768-020.320/88-28

Sessão de 26 de fevereirode 19 92

ACÓRDÃO N.º202-047839

Recurso n.º

84.378

Recorrente

TALBOT MODAS LTDA.

Recorrid a

DRF NO RIO DE JANEIRO/RJ

FINSO CIAL - OMISSÃO DE RECEITAS DEMONSTRADA - Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por TALBOT MODAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conse - lho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões em 26 de fevereiro de 1992.

HELVIO BSCOVEDO BARCELIOS - PRESIDENTE

oscar luis de moralis - relator

JOSÉ CARLOS DE ALMEZDA LEMOS - PROCURADOR-REPRESENTANTE DA FAZENDA NACIONAL

VISTA EM SESSÃO DE 3 0 ABR 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, JOSÉ CABRAL GAROFANO, ANTONIO CARLOS DE MORAES, ACÁCIA DE LOURDES RODRIGUES, ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS (Suplente) e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.



MINISTÉRIO DA FAZENDA SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES Processo № 10.768-020.320/88-28

-02-

Recurso Nº:

84.378

Acordão Nº:

202-04.839

Recorrente:

TALBOT MODAS LTDA.

RELATÓRIO

Ao relatório de fls. devo acrescentar que, baixados os autos em diligência, foram juntadas aos mesmos cópias das peças essenciais à compreensão da controvércia.

É o relatório.

-03-

10.768-020.320/88-28 Processo Acórdão nΩ 202-04.839

nΩ

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR OSCAR LUIS DE MORAIS

Não Restou ilidida a alegada omissão de receitas descrita no Auto de Infração de fls. , com efeito a informação nãoilidida demonstra que os aluguéis declarados pela autuada à RENAS CE são pagos com base em um percentual fixado no contrato de loca ção, sob o faturamento bruto mensal, faturamento este resultante do somatório das vendas diariamente infirmadas à locadora por obri gação contratual.

Ora, feito o contrato do faturamento mensal informado à locadora, resultante do somatório das vendas diariamente informadas, com os valores registrados no livros fiscais e no Diário de fls. apurou-se diferença a tributar, objeto de autuação.

Foi a procedência da autuação e improcedência do Recur so voluntário interposto.

Nestes termos, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 1992.

OSCAR LUIS DE MORAIS